

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2024.04.22.003-DL

1. Descrição da Necessidade da Contratação

A Prefeitura Municipal de Chorozinho, através da Secretaria de Saúde, identificou uma necessidade premente de gerenciamento adequado dos dejetos produzidos nas diversas unidades de saúde do município. Essa demanda surge no contexto de promover práticas de saúde pública eficientes, seguras e ambientalmente responsáveis, assegurando o bem-estar da comunidade e a proteção do meio ambiente.

A retirada e o tratamento adequados desses resíduos são essenciais para evitar a propagação de doenças, a contaminação do meio ambiente e a ocorrência de focos de infecção nas áreas urbanas e rurais do município. Além disso, este serviço visa cumprir as normas sanitárias e ambientais vigentes, mitigando riscos à saúde da população e dos profissionais envolvidos na gestão de resíduos das unidades de saúde.

A inadequada manipulação e destinação final dos dejetos hospitalares podem acarretar sérios problemas sanitários e ambientais, como proliferação de vetores de doenças, poluição do solo, da água e do ar, com impactos significativos na qualidade de vida da comunidade. Portanto, a contratação dos serviços de retirada de dejetos se faz necessária para garantir a manutenção do controle ambiental e da higiene pública, de forma a assegurar a segurança, a saúde e o bem-estar da população de Chorozinho.

Para atender a essa necessidade, será conduzido um processo de contratação de serviço especializado na retirada, transporte e disposição final de dejetos de saúde, conforme os parâmetros estabelecidos pela legislação e pelas boas práticas em gestão de resíduos de serviços de saúde. Este serviço contemplará todas as unidades de saúde do município, garantindo a execução de um trabalho contínuo e eficaz na gestão de resíduos hospitalares e similares.

Esse esforço é alinhado aos princípios dispostos na Lei nº 14.133, especialmente quanto ao interesse público, à eficiência, à economicidade e ao desenvolvimento nacional sustentável, estabelecendo um compromisso com a preservação da saúde pública e do meio ambiente no Município de Chorozinho.

2. Área requisitante

Área requisitante	Responsável
Fundo Municipal de Saude	GLEYCIANE SOARES DE OLIVEIRA

3. Descrição dos Requisitos da Contratação

Para a efetiva realização da contratação em questão, é imperativo estabelecer requisitos claros, objetivos e suficientes, que conduzam à seleção da solução mais apropriada. Estes requisitos devem ser delineados de maneira a assegurar a qualidade e o desempenho necessários, mantendo-se em conformidade com regulamentações específicas e incorporando práticas sustentáveis. Com o objetivo de satisfazer as necessidades do Município de ChoroZinho de forma eficiente e econômica, sem sacrificar os padrões ambientais, a definição de tais requisitos se apoia firmemente nos princípios estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021.

- **Requisitos Gerais:** A empresa contratada deverá possuir experiência comprovada e capacidade técnica para realizar a retirada, o transporte e a disposição final de dejetos das unidades de saúde, utilizando equipamentos e veículos adequados para tais operações. A empresa também deve garantir a segurança total no manejo dos resíduos, protegendo a saúde pública e o meio ambiente.
- **Requisitos Legais:** A contratada deve estar em dia com suas obrigações fiscais, trabalhistas e ambientais, possuir todas as licenças necessárias para a execução dos serviços, conforme determina a legislação local, estadual e federal. Deve ainda seguir todas as normativas da ANVISA e do CONAMA relativas à gestão de resíduos de saúde.
- **Requisitos de Sustentabilidade:** A solução proposta deve minimizar o impacto ambiental das atividades de retirada e disposição de dejetos, incluindo a adoção de tecnologias limpas e práticas que promovam a sustentabilidade. É valorizada a implementação de um plano de gestão de resíduos que inclua a segregação, o tratamento e a reciclagem, conforme aplicável, além da disposição final ambientalmente adequada.
- **Requisitos da Contratação:** A contratada deve fornecer um plano detalhado das operações, incluindo frequência de coletas, tipos de resíduos a serem coletados e os métodos de tratamento previstos para cada tipo de resíduo. Deverá também apresentar um plano de contingência para situações emergenciais, garantindo a rápida resposta em eventuais episódios de risco à saúde pública ou ao meio ambiente.

Concluindo, os requisitos essenciais à contratação visam não apenas atender às necessidades operacionais do Município de ChoroZinho na retirada de dejetos das unidades de saúde, mas também promover práticas que se alinhem com os princípios de desenvolvimento sustentável, eficiência e economicidade, sem comprometer a competitividade do processo licitatório. Dessa forma, assegura-se a proteção da saúde pública e do meio ambiente, em total concordância com as disposições da Lei nº 14.133/2021, garantindo assim uma solução efetiva, segura e ambientalmente responsável para a gestão dos resíduos de saúde no município.

4. Levantamento de mercado

O processo de contratação para a prestação de serviços de retirada de dejetos nas diversas unidades de saúde do município de Chorozinho exige um detalhado levantamento de mercado para determinar a solução mais eficiente e econômica que atenda às necessidades específicas desta contratação. As principais soluções de contratação exploradas incluem:

- **Contratação Direta com o Fornecedor:** Nesta modalidade, a Prefeitura Municipal de Chorozinho engajaria diretamente com uma empresa especializada na coleta, transporte e disposição final de dejetos das unidades de saúde, garantindo a adequação às normas ambientais e de saúde pública.
- **Contratação através de Terceirização:** Esta opção envolveria a contratação de uma empresa de serviços gerais que, entre outras atividades, possa oferecer o serviço específico de retirada de dejetos, operando sob a supervisão da administração pública mas com gestão operacional própria.
- **Formas Alternativas de Contratação:** Inclui modelos como parcerias público-privadas (PPP), consórcios de municípios para contratação conjunta, ou a contratação de cooperativas especializadas em gestão de resíduos sólidos.

Após a análise de cada possibilidade, a solução mais adequada para o contexto de Chorozinho parece ser a **Contratação Direta com o Fornecedor**. Esta opção permite um controle mais estrito sobre a qualidade dos serviços prestados, garantindo que todos os aspectos técnicos, ambientais e de saúde sejam adequadamente atendidos, o que é crucial dada a sensibilidade do serviço de manipulação de dejetos provenientes de unidades de saúde. Além disso, a contratação direta simplifica o processo de gestão contratual e fiscalização dos serviços, elementos essenciais para atender ao princípio da eficiência e a garantia da segurança pública e ambiental exigida pela Lei nº 14.133.

A contratação direta possibilita ainda o estabelecimento de critérios específicos de qualidade, segurança e desempenho, alinhados às necessidades detalhadas da Secretaria de Saúde de Chorozinho. Isso inclui requisitos como a capacidade técnica comprovada, a disponibilidade de equipamentos apropriados conforme a legislação ambiental vigente e a comprovação de pessoal qualificado para o manejo seguro de resíduos hospitalares. Ademais, essa modalidade de contratação facilita a responsabilização e a prestação de contas por parte do fornecedor, assegurando maior transparência e conformidade com o princípio da publicidade estabelecido pela Lei 14.133.

5. Descrição da solução como um todo

A prestação de serviços para retirada de dejetos nas diversas unidades de saúde do município de Chorozinho, objetiva atender a uma necessidade premente de garantir o manejo adequado dos resíduos produzidos, em conformidade com as exigências ambientais e de saúde pública. Esta necessidade se insere no contexto do dever do poder público em promover condições ideais de saúde ambiental, resguardando a

população e o meio ambiente dos riscos associados à má gestão dos resíduos.

Conforme o Art. 18 da Lei nº 14.133/2021, na fase preparatória do processo licitatório, é fundamental justificar a escolha da solução proposta, demonstrando sua viabilidade e alinhamento com o interesse público. Nesse sentido, o objeto deste Estudo Técnico Preliminar (ETP) é considerado a solução mais adequada disponível no mercado, por várias razões:

- **Racionalidade Econômica:** A solução proposta foi selecionada após um extenso levantamento de mercado, que considerou diversas alternativas em termos de eficiência de custo e eficácia operacional. A contratação de um serviço especializado para a retirada dos dejetos demonstrou ser mais vantajosa economicamente, comparada a outras opções, como a gestão interna dos resíduos, levando-se em conta os custos com pessoal, equipamentos e infraestrutura necessária para tal operação.
- **Competência Especializada:** A complexidade na gestão dos dejetos de unidades de saúde demanda conhecimento técnico especializado, assim como equipamentos adequados para coleta, transporte e disposição final dos resíduos. As empresas que operam nesta área detêm tais especializações e estão melhor preparadas para lidar com as especificidades dos resíduos de saúde, garantindo aderência às regulamentações vigentes.
- **Compliance Ambiental:** Regulamentações ambientais e de saúde pública são rigorosas quanto ao tratamento e disposição final dos dejetos de saúde. A opção pela contratação de um serviço especializado assegura o compliance com estas regulamentações, mitigando riscos ambientais e legais para o município.
- **Flexibilidade Operacional:** A prestação de serviços por uma empresa especializada oferece adaptabilidade em termos de escala e frequência da coleta, adequando-se às variações na geração de resíduos pelas unidades de saúde, sem que isso represente uma sobrecarga para a infraestrutura municipal.
- **Inovação e Melhoria Contínua:** Empresas do setor tendem a investir continuamente em tecnologias e métodos que aumentem a eficiência e reduzam impactos ambientais, trazendo inovações que a gestão municipal isoladamente não teria capacidade de implementar em prazo curto.

Em suma, a opção pela contratação de serviços especializados para retirada de dejetos nas unidades de saúde do município de Chorozinho reflete um processo de decisão embasado e alinhado aos princípios de economicidade, eficiência e desenvolvimento sustentável, delineados no Art. 5º da Lei nº 14.133/2021. Entende-se, portanto, que esta solução representa o melhor equilíbrio entre custo, eficácia e conformidade ambiental e de saúde pública, atendendo de maneira ótima às necessidades do município e à legislação pertinente.

6. Estimativa das quantidades a serem contratadas

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	UND.
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA RETIRADAS DE DEJETOS NAS DIVERSAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CHOROZINHO, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE SAÚDE.	160,000	Carrada

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	UND.
Especificação: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA RETIRADAS DE DEJETOS NAS DIVERSAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CHOROZINHO, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE SAÚDE.			

7. Estimativa do valor da contratação

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	UND.	V. UNIT (R\$)	V. TOTAL (R\$)
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA RETIRADAS DE DEJETOS NAS DIVERSAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CHOROZINHO, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE SAÚDE.	160,000	Carrada	209,67	33.547,20
Especificação: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA RETIRADAS DE DEJETOS NAS DIVERSAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CHOROZINHO, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE SAÚDE.					

Deste modo, como tendo como parâmetro as pesquisas de preços realizadas, tem-se que o valor médio estimado, conforme dados demonstrados acima, totalizam a monta de R\$ 33.547,20 (trinta e três mil, quinhentos e quarenta e sete reais e vinte centavos)

8. Justificativas para o parcelamento ou não da solução

Conforme orientado pela Lei nº 14.133/2021, o princípio geral para efetivação de licitações públicas é o parcelamento do objeto a ser licitado, com o intuito de promover a ampliação da competitividade, o melhor aproveitamento do mercado, e garantir a viabilidade técnica e econômica do objeto licitado. Diante deste norte, procedeu-se à análise da divisibilidade do objeto destinado à contratação de serviços de retirada de dejetos em diferentes unidades de saúde no município de ChoroZinho, chegando-se à decisão favorável ao seu parcelamento. Seguem justificativas pormenorizadas a sustentar tal decisão:

- **Avaliação da Divisibilidade do Objeto:** Verificou-se que o serviço de retirada de dejetos apresenta natureza divisível, sem que essa fragmentação prejudique a qualidade ou a funcionalidade do serviço. Cada unidade de saúde pode ser atendida por diferentes fornecedores sem impacto negativo no resultado final, favorecendo a distribuição equitativa de oportunidades.
- **Viabilidade Técnica e Econômica:** A análise técnica comprovou a viabilidade de se proceder ao parcelamento dos serviços, sem que isto acarrete prejuízos à qualidade ou eficácia dos resultados. O parcelamento propicia também uma economia direta aos cofres públicos, dado que permite a obtenção de orçamentos mais competitivos e adequados às necessidades específicas de cada unidade de saúde.
- **Economia de Escala:** Avaliou-se que, apesar do parcelamento geralmente preocupar quanto à perda da economia de escala, neste caso específico, a divisão não resulta em aumento proporcional dos custos. Ao contrário, o fator competitividade tende a reduzir os custos finais da contratação de serviços.
- **Competitividade e Aproveitamento do Mercado:** O parcelamento do objeto é decisivo para garantir maior competitividade e aproveitamento do mercado, viabilizando a participação de empresas de menor porte e potencializando a distribuição das oportunidades de negócios de forma mais justa e equitativa.
- **Análise do Mercado:** Uma análise aprofundada do mercado revelou que existem

diversos fornecedores capazes de entregar os serviços requeridos, cumprindo as especificações técnicas e os padrões de qualidade estabelecidos. Isso endossa a decisão pelo parcelamento, que está em plena consonância com as práticas setoriais econômicas.

- **Consideração de Lotes:** De acordo com o volume e a frequência necessária para a retirada dos dejetos nas unidades de saúde, optou-se pela divisão em lotes, a qual permitirá a participação de fornecedores que, isoladamente, não teriam capacidade para atender a totalidade do município, mas podem efetivamente prestar serviços a uma ou mais unidades específicas.

Portanto, assegura-se que o parcelamento da contratação para os serviços de retirada de dejetos nas diversas unidades de saúde do município de ChoroZinho está fundamentado sob rigorosa análise técnica, econômica e mercadológica, estando alinhado aos princípios da administração pública, especialmente os da eficiência, economicidade e obtenção do mais vantajoso para a administração pública, conforme preconiza a Lei nº 14.133/2021.

9. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Este processo de contratação para a prestação de serviços na retirada de dejetos nas diversas unidades de saúde do Município de ChoroZinho, através da Secretaria de Saúde, está em pleno alinhamento com o Plano de Contratações Anual da Prefeitura Municipal de ChoroZinho para o exercício financeiro em curso. A inclusão deste processo no referido planejamento anual demonstra uma visão estratégica da administração pública municipal, que visa, através desta ação, promover melhorias significativas nas condições de higiene e saúde pública em todas as unidades de saúde sob sua gestão.

A decisão de incluir a prestação de serviços de retirada de dejetos no Plano de Contratações Anual foi motivada pela necessidade identificada de se estabelecer um manejo adequado dos resíduos gerados pelas atividades de saúde, em conformidade com as melhores práticas ambientais e sanitárias. O serviço é essencial para garantir a segurança, a saúde dos pacientes, dos profissionais que atuam nas unidades de saúde e da comunidade do município como um todo. O processo está alinhado às diretrizes da Lei nº 14.133, ao contemplar os princípios da eficiência, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, objetivando a seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública.

Portanto, este projeto de contratação integra-se harmoniosamente ao planejamento anual da entidade, refletindo o compromisso do Município de ChoroZinho com a gestão eficiente e responsável dos recursos públicos, o bem-estar da população e a conservação do meio ambiente. A inserção deste processo no Plano de Contratações Anual ratifica o comprometimento da administração em seguir os parâmetros legais e regulatórios, garantindo assim a adequada prestação dos serviços públicos essenciais à comunidade.

10. Resultados pretendidos

A contratação dos serviços de retirada de dejetos nas diversas unidades de saúde do município de Chorozinho, através da Secretaria de Saúde, tem como principal resultado pretendido a promoção de um ambiente mais saudável e seguro tanto para os usuários dos serviços de saúde quanto para a comunidade em geral. Alinhado ao princípio da eficiência e ao desenvolvimento nacional sustentável, prescrito pela Lei nº 14.133/2021, espera-se que esta contratação traga melhorias significativas em termos de sanidade ambiental, proteção da saúde pública e conservação dos recursos naturais.

- **Garantia da Saúde Pública:** Por meio da destinação adequada dos dejetos coletados nas unidades de saúde, espera-se reduzir significativamente os riscos de contaminação e propagação de doenças, em conformidade com os objetivos de proteção à saúde implícitos no Art. 5º, da Lei nº 14.133/2021.
- **Conformidade Ambiental:** A adequação às normativas ambientais vigentes e aos padrões de segurança na gestão de resíduos de saúde visa prevenir impactos nocivos ao meio ambiente, alinhando a contratação às disposições de desenvolvimento sustentável e responsabilidade ecológica, conforme destacado no Art. 5º e Art. 18, XII da Lei nº 14.133/2021, que preveem a consideração de impactos ambientais e medidas mitigadoras.
- **Eficiência Operacional:** Espera-se que a execução dos serviços contratados seja realizada com alta eficiência operacional, otimizando recursos materiais e humanos, conforme o princípio da economicidade e eficiência demandados pelo Art. 5º e Art. 11, I da Lei nº 14.133/2021. A gestão eficiente dos serviços contratados contribuirá para o uso racional dos recursos públicos.
- **Fomento à Inovação e Desenvolvimento Local:** Além de garantir a prestação de um serviço essencial, a contratação incentivará a adoção de práticas inovadoras no tratamento e na disposição final de dejetos, em linha com os objetivos de incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável estabelecidos no Art. 11, IV da Lei nº 14.133/2021. Será dada preferência a soluções que contribuam para o desenvolvimento tecnológico e econômico do município de Chorozinho e região.
- **Transparência e Controle Social:** Em cumprimento ao Art. 5º da Lei nº 14.133/2021, que enfatiza os princípios da transparência e da publicidade, todos os procedimentos relativos à contratação serão documentados e disponibilizados para consulta pública, permitindo o acompanhamento e a fiscalização dos serviços pela população e órgãos de controle.

Em conclusão, os resultados pretendidos abrangem não apenas a efetiva gestão de resíduos de saúde, mas também a promoção da saúde pública, proteção ambiental, eficiência na gestão de recursos, inovação, desenvolvimento local e a garantia de transparência e controle social. Estes resultados estão integralmente alinhados aos princípios e objetivos preconizados pela Lei nº 14.133/2021, configurando a contratação como um passo fundamental na promoção de uma administração pública eficiente, responsável e voltada para o bem-estar da comunidade.

11. Providências a serem adotadas

Para assegurar a eficiência e a conformidade na execução do contrato de prestação de

serviços para a retirada de dejetos nas diversas unidades de saúde do Município de Chorozinho, através da Secretaria de Saúde, serão adotadas as seguintes providências:

- **Elaboração de Cronograma de Execução:** Será elaborado um cronograma detalhado, especificando as datas de início e término das atividades, bem como a frequência das coletas em cada unidade de saúde, garantindo a aderência ao volume estimado de 160 carradas ao longo do ano.
- **Capacitação de Pessoal:** Organizar treinamentos para os servidores municipais responsáveis pela fiscalização do contrato, focando em procedimentos de monitoramento, avaliação da qualidade dos serviços prestados e comunicação efetiva com a empresa contratada.
- **Estratégias de Comunicação:** Definir canais de comunicação diretos entre a Secretaria de Saúde, as unidades de saúde e a empresa contratada para reportar não conformidades, solicitar serviços extraordinários ou comunicar mudanças no escopo do serviço.
- **Monitoramento e Avaliação:** Implementar um sistema de avaliação contínua dos serviços, incluindo indicadores de desempenho, que permitirá ajustes operacionais em tempo real e garantirá a satisfação das unidades de saúde com os serviços contratados.
- **Revisão do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS):** Rever o PGRSS de cada unidade de saúde participante, com o objetivo de otimizar a segregação dos dejetos e minimizar a geração de resíduos, alinhando as práticas com os requisitos da empresa contratada para a coleta e disposição final.
- **Regularização de Licenças e Documentações:** Garantir que todas as licenças ambientais e autorizações necessárias estejam atualizadas e em conformidade com a legislação vigente, evitando penalidades e garantindo a continuidade dos serviços sem interrupções.
- **Gestão de Contrato:** Designar um gestor de contrato, preferencialmente dentre os servidores efetivos, conforme o Art. 7º da Lei 14.133, com competência na área de licitações e contratos, responsável por fazer a intermediação entre a Prefeitura Municipal de Chorozinho e a empresa contratada, assegurando a correta execução contratual.
- **Mecanismos de Resposta a Emergências:** Estabelecer procedimentos claros para resposta a eventuais situações emergenciais relacionadas à coleta e transporte dos dejetos, incluindo a comunicação imediata entre as partes e a adoção de medidas corretivas e preventivas pertinentes.
- **Auditorias Regulares:** Realizar auditorias periódicas para verificar a conformidade dos serviços com o contrato, incluindo o cumprimento das normas de segurança e saúde ocupacional e ambientais, com base no Art. 84 da Lei 14.133.
- **Feedback das Unidades de Saúde:** Estabelecer mecanismos para coletar e analisar o feedback das unidades de saúde sobre os serviços prestados, permitindo a identificação de áreas para melhorias e ajustes contratuais quando necessário.

Essas providências são fundamentais para assegurar a execução eficiente e eficaz do contrato, alinhadas aos princípios da economicidade, eficiência e sustentabilidade previstos na Lei 14.133, e contribuirão significativamente para a promoção da saúde pública e proteção do meio ambiente no Município de Chorozinho.

12. Justificativa para adoção do registro de preços

Consoante ao previsto na Lei nº 14.133/2021, a decisão pela não adoção do sistema de registro de preços para a contratação da prestação de serviços na retirada de dejetos nas diversas unidades de saúde do município de ChoroZinho, por meio da Secretaria de Saúde, se fundamenta na análise detalhada das especificidades do objeto, nas características da demanda e na natureza dos serviços a serem contratados.

Primeiramente, considera-se que o sistema de registro de preços, conforme disposto no art. 82 da Lei nº 14.133/2021, destina-se a casos onde há uma previsibilidade de contratações recorrentes ou a necessidade de aquisições fragmentadas ao longo do tempo. No presente caso, a prestação do serviço requer uma abordagem específica e adaptada à natureza singular do serviço de retirada de dejetos de unidades de saúde, que demanda atendimento imediato e condições operacionais rigorosamente controladas, não se coadunando com as características flexíveis típicas do registro de preços.

Ademais, o art. 83 da referida lei estabelece que a existência de preços registrados não obriga a Administração a efetuar contratações, o que poderia implicar em atrasos ou ineficiência na prestação dos serviços essenciais de coleta e tratamento de dejetos, dada a urgência e importância sanitária e ambiental que os mesmos representam.

Outrossim, a estimativa de demanda para o serviço em questão apresenta-se como uma variável inconstante, sujeita a flutuações decorrentes de fatores externos e internos ao sistema de saúde municipal, o que dificulta a aplicação prática do sistema de registro de preços, dada a exigência de quantificar antecipadamente as aquisições, conforme preconiza o § 3º do art. 86 da Lei nº 14.133/2021.

Adicionalmente, a especificidade e a complexidade dos serviços de coleta, transporte e disposição final de dejetos das unidades de saúde demandam a seleção de prestadores de serviços altamente especializados, cuja avaliação baseada exclusivamente em critérios de menor preço, como propõe o sistema de registro de preços, poderia comprometer a qualidade e a segurança necessárias, indo de encontro ao art. 11, que visa assegurar tratamento isonômico e a seleção da proposta mais vantajosa.

Por fim, destaca-se a importância de garantir a prestação de serviços contínua e eficiente, com ênfase na segurança, saúde ambiental e atendimento às normativas vigentes, características essas que demandam um contrato direto, com parâmetros bem definidos de execução, fiscalização e acompanhamento, alinhados ao inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, que preconiza a adequação da contratação à necessidade a que se destina, reforçando, por conseguinte, a não aderência ao sistema de registro de preços para esta contratação específica.

13. Da vedação da participação de empresas na forma de consórcio

A vedação da participação de empresas na forma de consórcio neste processo

licitatório fundamenta-se na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que estabelece as normas gerais de licitação e contratação pública. De acordo com o entendimento desta lei, em seu artigo 15, é permitida a participação de empresas em consórcio em licitações públicas, desde que observadas determinadas normas, tais como a comprovação de compromisso de constituição de consórcio e a indicação da empresa líder responsável pela sua representação perante a Administração.

Entretanto, para o objeto específico da presente contratação, que envolve a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA RETIRADAS DE DEJETOS NAS DIVERSAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CHOROZINHO, pondera-se que a vedação da participação de empresas na forma de consórcio é medida que se faz necessária e justificável por diversas razões, alinhadas aos princípios da eficiência, eficácia e da obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, tal como preconiza o art. 11 da referida lei.

Primeiramente, considera-se a natureza específica e a complexidade do serviço a ser contratado, que demandam um alto nível de especialização e responsabilidade direta da empresa executora sobre as atividades a serem desempenhadas. A execução desses serviços por consórcios poderia resultar em desafios operacionais e na diluição das responsabilidades entre as empresas consorciadas, comprometendo a efetividade e qualidade dos serviços prestados, além de dificultar a fiscalização e gestão contratual por parte da Administração Pública.

Além disso, a vedação de consórcios garante a competitividade do processo licitatório, assegurando que empresas com efetiva capacidade técnica e operacional concorram em igualdade de condições, evitando-se a formação de consórcios que possam limitar a concorrência ou conferir vantagem desproporcional a grupos de empresas em detrimento de outras capacitadas individualmente para a prestação do serviço.

Por fim, a necessidade de rapidez e a eficiência no processo de decisão e na execução dos serviços, essenciais para o atendimento das demandas de saúde pública do município de Chorozinho, reforçam a inviabilidade de participação de consórcios, onde a requisição e execução das atividades poderiam ser retardadas por processos decisórios mais complexos e burocráticos entre as empresas consorciadas.

Desta forma, posiciona-se pela vedação da participação de empresas na forma de consórcio neste processo licitatório, alinhando tal decisão aos objetivos da Lei nº 14.133/2021, especialmente no que concerne à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, garantia de competitividade, eficiência e eficácia na contratação, bem como a adequada execução dos serviços contratados.

14. Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras

Considerando o imperativo da Lei nº 14.133/2021 de buscar soluções que promovam o desenvolvimento nacional sustentável, a contratação para a prestação de serviços na retirada de dejetos nas diversas unidades de saúde do município de Chorozinho requer uma análise minuciosa dos possíveis impactos ambientais envolvidos, bem como as medidas mitigadoras correspondentes. O objetivo é assegurar a proteção ambiental e o bem-estar da população, alinhando as operações com práticas

ecoeficientes e sustentáveis. A seguir, são apontados os principais impactos esperados e as ações mitigadoras propostas.

- **Emissão de Poluentes Atmosféricos:** O transporte de dejetos pode resultar na emissão de gases poluentes e partículas pelo uso de veículos. Para mitigar esse impacto, propõe-se a utilização de veículos com baixas emissões de poluentes, preferencialmente veículos elétricos ou híbridos, além da manutenção preventiva dos veículos para assegurar sua eficiência operacional.
- **Contaminação do Solo e dos Corpos Hídricos:** O manuseio inadequado dos dejetos pode levar à contaminação do solo e da água. Como medida mitigadora, será exigido o cumprimento rigoroso dos procedimentos operacionais padrão (POP) para o manejo dos dejetos, incluindo a coleta, o transporte e a disposição final em locais apropriados e licenciados pelos órgãos ambientais competentes.
- **Ruídos:** As operações de coleta e transporte podem gerar ruídos, impactando a qualidade de vida da comunidade local. Será adotada a limitação dos horários de operação em períodos diurnos para minimizar esse impacto e a utilização de tecnologias de redução de ruído nos veículos e equipamentos.
- **Geração de Odores:** A manipulação de dejetos hospitalares pode causar desconforto na população pela geração de odores. As medidas para mitigar esse impacto incluem o transporte dos dejetos em veículos fechados e a rápida transferência desses materiais para o local de tratamento ou disposição final.
- **Risco de Proliferação de Vetores:** A gestão inadequada dos dejetos pode facilitar a proliferação de vetores de doenças. Para contrapor este risco, enfatiza-se a importância da coleta e transporte ágeis, além do tratamento ou disposição final apropriados dos dejetos, seguindo as normativas vigentes.

Estas medidas mitigadoras representam um compromisso do projeto com as práticas de sustentabilidade e preservação ambiental, garantindo atuação responsável e em conformidade com as diretrizes da Lei nº 14.133/2021. Tal abordagem reflete não somente a preocupação com o meio ambiente mas também com a saúde pública e o bem-estar da comunidade de Chorozinho, estabelecendo um modelo de gestão de dejetos que pode servir de referência para futuras contratações públicas.

15. Posicionamento conclusivo sobre a viabilidade e razoabilidade da contratação

Após uma avaliação metódica de todas as etapas e considerações previstas na Lei nº 14.133/2021, bem como a análise dos dados e informações coletadas durante o processo preparatório, chegamos a um posicionamento favorável quanto à viabilidade e razoabilidade da contratação da prestação de serviços para a retirada de dejetos nas diversas unidades de saúde do município de Chorozinho, através da Secretaria de Saúde. Esta conclusão está fundamentada nos seguintes pontos, conforme preconiza a Lei nº 14.133/2021:

- **Atendimento ao Interesse Público:** A contratação proposta atende diretamente ao interesse público ao promover um ambiente saudável e seguro para a comunidade de Chorozinho, em especial no contexto das unidades de saúde municipais. Esse aspecto alinha-se ao Art. 5º da Lei nº 14.133/2021, que destaca a

observância do interesse público como princípio norteador das licitações e contratações públicas.

- **Conformidade com o Planejamento Estratégico:** Verificou-se que a contratação está alinhada ao planejamento estratégico da administração pública, em conformidade com o Art. 11, que estabelece a necessidade de alinhamento das contratações ao planejamento estratégico e às leis orçamentárias, assegurando eficiência, efetividade e eficácia nas contratações.
- **Viabilidade Técnica e Econômica:** A análise detalhada no estudo técnico preliminar demonstra a viabilidade técnica e econômica da contratação, conforme o Art. 18, § 1º, I, garantindo a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a obtenção de um serviço adequado às necessidades do município, com a melhor relação custo-benefício.
- **Legislação Ambiental e de Saúde Pública:** As especificações técnicas e padrões de qualidade definidos para a contratação estão em conformidade com as regulamentações ambientais e de saúde pública aplicáveis, cumprindo com o Art. 18, § 1º, XII, que enfatiza a importância da consideração dos impactos ambientais e das medidas mitigadoras nas contratações.
- **Razoabilidade do Preço:** A estimativa do valor da contratação, fundamentada em pesquisa de mercado e análise comparativa, assegura que os preços estão de acordo com os praticados pelo mercado, conforme diretrizes do Art. 23, garantindo que a contratação será realizada pelo valor justo e vantajoso para a Administração Pública.

Portanto, diante das evidências apresentadas e em total observância às disposições legais vigentes, especificamente aquelas detalhadas na Lei nº 14.133/2021, conclui-se pela viabilidade e razoabilidade da contratação da prestação de serviços em questão. A realização desta contratação é considerada não apenas adequada, mas essencial para a promoção da saúde pública e bem-estar da comunidade de Chorozinho, configurando-se como uma ação estratégica e responsável da administração pública municipal.

Chorozinho / CE, 24 de abril de 2024

EQUIPE DE PLANEJAMENTO

assinado eletronicamente
MAYARD SAVIO DE LIMA GOMES
MEMBRO

assinado eletronicamente
GLAILSON SALDANHA MACIEL
MEMBRO

assinado eletronicamente
ANTÔNIO MAICON DA SILVA ALBANO
PRESIDENTE